



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 104

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 6 DE SETEMBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 222ª SESSÃO, EM 5 DE SETEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicações da Presidência

— Recebimento dos Ofícios nºs S/19 e S/20/86 (nºs 302 e 221, de 1986, na origem), dos Srs. Governadores dos Estados de Pernambuco e do Piauí, solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aqueles Estados possam realizar operações de empréstimos externos nos valores que mencionam, para os fins que especificam.

— Recebimento das Mensagens nºs 359 a 361/86 (nºs 515 a 517, de 1986, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Senador Rui Palmeira e de Olho D'Água do Casado — AL e o Governo do Estado de Santa Catarina possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.2 — Apreciação de matéria

— Requerimento nº 389/86, lido em sessão anterior, de autoria do Sr. Senador Albano Franco, solicitando autorização do Senado Federal a fim de integrar a comitiva do Senhor Presidente da República em sua viagem aos Estados Unidos da América. Deferido, após parecer oral proferido pelo Sr. Jorge Kalume, em nome da Comissão de Relações Exteriores.

1.2.3 — Comunicação

Do Sr. Senador Albano Franco, que se ausentará do País.

1.2.4 — Discurso do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — O Dia da Amazônia.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 135/86, que fixa o número de candidatos que os partidos políticos poderão registrar nas primeiras eleições para representação à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal. (Em regime de urgência.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 266/86, solicitando nos termos do art. 38 da Constituição, combinado com o item I do art. 418 do Regimento Interno, o comparecimento, perante o plenário do Senado, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dilson Funaro, a fim de prestar esclarecimentos sobre a aplicação, no campo social, dos recursos constantes do denominado Plano de Metas, instituído pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 304/86, solicitando, nos termos do art. 38 da Constituição, combinado com o item I do art. 418, do Regimento Interno, o comparecimento, perante o plenário do Senado, do Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Sayad, a fim de prestar esclarecimentos sobre os critérios para aplicação dos recursos alocados para a execução do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 303/86, de autoria dos Srs. Senadores Alaor Coutinho e Jamil Haddad, solicitando, o comparecimento perante o plenário do Senado, do Sr. Ministro de Estado da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, a fim de prestar esclarecimentos sobre os critérios de desapropriação e implantação da reforma agrária. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 382/86, de autoria do Sr. Senador Enéas Faria, solicitando ao Poder Executivo,

informações relativas ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 258/85, que dispõe sobre prazo para restituição do Imposto de Renda retido na fonte. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 205/80, que revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 80/84, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 113/83, que disciplina o uso de caracteres nas publicações obrigatórias. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 232/83, que estende aos trabalhadores rurais o regime da Previdência e Assistência Social urbana, bem como a Legislação do Seguro de Acidentes do Trabalho, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 242/85, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao serviço público, em outro órgão, para efeito de concessão de licença especial. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS.

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 222ª Sessão, em 5 de setembro de 1986**4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura****Presidência do Sr. José Fragelli****ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Alexandre Costa — João Lobo — Afonso Sandro — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Alaor Coutinho — José Fragelli.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência recebeu o Ofício S/19, de 1986 (nº 302/86, na origem), do Governador do Estado de Pernambuco, solicitando, nos termos do item IV, do art. 42, da Constituição, autorização do Senado Federal, a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), para os fins que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência recebeu o Ofício nº S/20, de 1986 (nº 221/86, na origem), do Governador do Estado do Piauí, solicitando, nos termos do item IV do art. 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil dólares).

A matéria ficará aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 359 e 360, de 1986 (nºs 515 e 517/86, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Senador Rui Palmeira e de Olho D'Água do Casado (Al) possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas às Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e de Municípios.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 361, de 1986 (nº 516/86, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal,

solicita autorização para que o Governo do Estado de Santa Catarina possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Na sessão anterior foi lido o Requerimento nº 389, de 1986, do Senador Albano Franco, solicitando autorização do Senado Federal a fim de integrar a comitiva do Senhor Presidente da República em sua viagem aos Estados Unidos da América, a realizar-se a partir do próximo dia 9.

O requerimento deixou de ser apreciado, naquela oportunidade, por falta de quorum.

A matéria depende, para sua apreciação, do parecer da Comissão de Relações Exteriores.

A Presidência, nos termos do art. 90, § 1º, do Regimento Interno, designa o nobre Senador Jorge Kalume para proferir o referido parecer.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trata-se do Requerimento nº 389, de autoria do Senador Albano Franco, solicitando autorização do Senado para acompanhar a Comitiva de Sua Excelência o Senhor Presidente da República aos Estados Unidos.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República assinou decreto em 29 de agosto de 1986, e dentre os Membros da Comitiva Presidencial se encontra o Senador Albano do Prado Pimentel Franco.

Da parte da Comissão de Relações Exteriores, Sr. Presidente, nada há a dificultar. Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O parecer da Comissão de Relações Exteriores é favorável à proposição.

Não há, no entanto, número para votação.

A Presidência, nos termos do art. 45 do Regimento Interno, defere o requerimento. Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 4 de setembro de 1986.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 9 de setembro próxi-

mo, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º, da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, participar da Comitiva Oficial que acompanhará o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em visita aos Estados Unidos da América.

Atenciosas Saudações, **Albano Franco.**

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Presidente José Sarney, através da Rádio Nacional, saudou a Amazônia pelo seu dia, o que muito nos contentou.

Efetivamente a lembrança do 5 de setembro como "Dia da Amazônia" foi iniciativa do Estado do Acre, através de Lei Estadual, quando éramos Governador.

Fazia-se necessário um instrumento que chamasse a atenção do Brasil para a grande área, a qual somente servia para inspirar os sonhadores!

Não foi sem justificado motivo que Araújo Lima, num desabafo, externou sua revolta; "Esta terra não é inferno nem paraíso; não é terra misteriosa nem paradoxal: é simplesmente uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada".

Foram necessárias vozes como essa e de tantos outros amazônidas para despertar o interesse do Brasil àquela parte do seu todo.

Getúlio Vargas, há 46 anos, preocupado, afirmou em Manaus "o ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora".

A partir daí medidas concretas foram aplicadas para o desenvolvimento do gigante então adormecido sob o canto dos pássaros, da grandeza da sua bacia hidrográfica e de sua vegetação densa.

O Professor Agnello Uchôa Bittencourt, com a sua respeitável voz, ante tanto descaso, afirmou que "o desenvolvimento da Amazônia é um problema tão nosso ou regional como dos homens do Sul ou nacional".

Desde a chegada dos primeiros desbravadores, a Amazônia era apenas um quadro de retórica para "exportação" de uma imagem muitas vezes distorcida. Com o advento da borracha e a utilidade dessa matéria-prima, a Amazônia sentiu o primeiro sopro de interesse,

mas apenas imediatista, sem uma base para alçá-la à altura de seus merecimentos.

Não é demais que, valendo-me do Dia da Amazônia, eu lembre às nossas autoridades que a imensa área reclama medidas especiais, e essas estão contidas em meus projetos, como a criação de uma Secretaria Especial — Seara; estímulo fiscal pleno para pessoas físicas e jurídicas; criação de uma Zona Franca no Acre, com sede em Cruzeiro do Sul. Com essas providências o Governo, em poucos anos, veria o retorno do benefício.

O principal objetivo deste meu pronunciamento é saudar a Amazônia pelo seu dia, agradecer aos governos que não se limitaram a contemplá-la, mas procuraram ajudar o seu progresso; os cientistas, que, levados pelo ideal, ousaram penetrá-la para desvendar seus mistérios; os seus povoadores de todas as raças e condições sociais; os brasileiros, destacadamente os nordestinos, que destemidamente fincaram os primeiros esteios de suas toscas barracas como prenúncio de uma nova civilização brasileira; os portugueses, que souberam protegê-la contra a sua dilaceração; os militares, guardadores de suas fronteiras terrestres, fluviais e marítimas; os representantes de todas as religiões, levando o bálsamo espiritual a seus habitantes; os escritores, poetas, pintores, e artistas de modo geral que registraram seus aspectos físico e telúrico; os navegadores dos igarités, dos pequenos batelões, das lanchas, dos gaiolas, dos transatlânticos que subiam e desciam pelos seus rios; os seringueiros, até hoje sem a recompensa dos trabalhos desempenhados em favor do Brasil; aos empresários de modo geral; enfim, às demais classes que ali se plantaram pensando na região.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Jorge Kalume desejo solidarizar-me com o seu oportuno e importante pronunciamento, e registrar uma coincidência muito agradável para o meu Estado: é que o "Dia da Amazônia", hoje 5 de setembro, por iniciativa do Estado do Acre, e recordado logo na aurora pelo Senhor Presidente da República, que saudou efusivamente a Região Amazônica, pelo rádio, coincide com a data em que o Imperador Pedro II, por decreto do ano de 1852, separou a Província do Amazonas da Província do Grão-Pará. Hoje é feriado estadual no meu Estado, é o dia maior do meu Estado, em que desfilam as escolas públicas e particulares e também as tropas da Polícia Militar do Estado do Amazonas. V. Ex^a mencionou, em seu pronunciamento, o escritor Araújo Lima. Acho que se refere ao seu mais importante livro, prefaciado por Tristão de Atayde, escrito na década de 30: "Amazônia, a terra e o homem". Araújo Lima era Médico, era nordestino e radicalizou-se na Amazônia para interpretá-la com os olhos do biólogo, e com a alma e o sentimento do médico. De fato, esse livro nos dá uma visão global e telúrica da terra e do homem amazônico, colocando entre dois, como fator geográfico por excelência, a água que constitui esse tripé: terra, água e homem, que dão ao Brasil, aquilo que o Presidente Sarney descreveu recentemente, esse sentimento de grandeza ao dizer Sua Excelência, que quem possui a Amazônia não tem motivos para temer o futuro. Meus parabéns pelo importante pronunciamento.

O SR. JORGE KALUME — Nobre Senador, não poderíamos deixar passar despercebida, nesta Casa data tão importante. O Presidente José Sarney, como homem de letras, intelectual e, acima de tudo, também homem da Amazônia, porque maranhense, achou por bem se antecipar a todos nós levando a saudação do Governo aos habitantes da Amazônia, acordando-os e dizendo, naturalmente dentro do seu pensamento, que o Governo está com a sua atenção para aquela grande área, podemos dizer, aquele continente, dentro de um País que, sem favor, está precisando de ser constantemente sacudido para alcançar o seu verdadeiro progresso, mesmo porque estamos num mundo egoístico, num mundo avassalador, quando a população cresce geometricamente e o Brasil ainda dispõe de terras para abrigar um

bilhão de habitantes, somos hoje apenas 130 milhões, e a Amazônia, que tem 5 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, área correspondente à Europa Ocidental, que tem 400 milhões de habitantes, a Amazônia dispõe, apenas, de 12 milhões. Veja quanto vazio existente. Temos que estar alertas.

Por certo, a mensagem carinhosa de Sua Excelência o Senhor Presidente da República teve o sentido de dizer que o Governo está atento àquela Região.

V. Ex^a, homem de sensibilidade, que não tem regateado esforços e aplausos em favor de seu Estado e de toda a grande planície, soube, através de seu sucinto, porém significativo aparte, dimensionar a grandeza deste País.

O Sr. Fábio Lucena — Permita-me novamente, nobre Senador Jorge Kalume! (Assentimento do orador.) — O primeiro Governador da Província do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, que de lá saiu para governar a Província do Maranhão, era Joaquim de Melo e Póvoas, sobrinho do Marquês de Pombal. Recentemente, o Centro de Documentação e Informações da Universidade do Amazonas fez publicar substancial trabalho que reúne as cartas de Melo e Póvoas dirigidas ao seu tio, o Marquês de Pombal, todo-poderoso governador de Portugal e da Amazônia portuguesa da época. Encaminhei um exemplar do valiosíssimo livro a Sua Excelência o Senhor Presidente da República e, como bem disse V. Ex^a, Sua Excelência, de fato, conhece a História e conhece as letras, sobretudo, da Região. Não foi para minha surpresa, mas para minha alegria, na resposta que me enviou, o Senhor Presidente da República não apenas aprofunda o conhecimento da Universidade do Amazonas sobre as cartas de Melo e Póvoas, que são numerosíssimas, como ainda faz algumas retificações a respeito do assunto que Melo e Póvoas tratava com o Marquês de Pombal. De fato, o Senhor Presidente conhece, em verdade, a Região Amazônica.

O SR. JORGE KALUME — Devo aproveitar a oportunidade para dizer da grande influência que teve o seu Estado, também, no princípio do século, quando os brasileiros que viviam no Acre quiseram fazer valer não só o uti possidetis do Tratado de Madrid, de 1750, como também, geograficamente, aquela região já era nossa.

Mas, para nós alcançarmos o sucesso, inclusive, das armas comandadas, naquela época por Plácido de Castro, contamos com a grande colaboração do Estado do Amazonas, quando Governador João Ramalho Júnior, grande figura humana, e secundado também pelo Governador Silvério Neri. Portanto, somos agradecidos ao Estado do Amazonas, como também ao comércio do Estado do Pará e do Estado do Amazonas, naquela época Manaus, que nos forneceram, ambas as praças, provisões de toda natureza. É desnecessário dizer que as armas "Winchester", importadas da Inglaterra, ou dos Estados Unidos, eram encaminhadas disfarçadamente para as tropas acreanas.

Mais uma vez, através de V. Ex^a, a Bancada do Acre, aqui representada pelo estimado colega e amigo Altevir Leal, por mim, e pelo Senador Mário Maia, quer consignar aos Estados do Amazonas e do Pará os benefícios que nos prestaram naquele tempo.

Concluo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com o padre amazônida Manoel Albuquerque, poeta e escritor, que, definindo a Amazônia, disse:

"Pátria da Seringueira, a mãe de um leite puro
Que amamenta o Progresso e o guia em seu futuro,

Musculizando o ferro à voz da gasolina...
Berço do meu amor, um dia tu serás
O Reino da Fatura, a Catedral da Paz,
Do Brasil e do Mundo a parte mais divina!..."

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência, as matérias constantes da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituída pela

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 135/86; Requerimentos nºs 266, 304, 303 e 382, de 1986; Projetos de Lei do Senado nºs 258/85, 205/80, 80/84, 113/83, 232/83 e 242/85, ficam com a apreciação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, dia 8, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 1986

(Em Regime de Urgência —
Art. 371, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, da emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1986, de autoria do Senador Alfredo Campos, que fixa o número de candidatos que os partidos políticos poderão registrar nas primeiras eleições para representação à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal, tendo

— Parecer oral, proferido em Plenário, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, contrário.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 266, de 1986, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, nos termos do art. 38 da Constituição, combinado com o item I do art. 418 do Regimento Interno, o comparecimento, perante o Plenário do Senado, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dilson Funaro, a fim de prestar esclarecimentos sobre a aplicação, no campo social, dos recursos constantes do denominado Plano de Metas, instituído pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 304, de 1986, de autoria dos Senadores Alaor Coutinho e Jamil Haddad, solicitando, nos termos do art. 38 da Constituição, combinado com o item I do art. 418 do Regimento Interno, o comparecimento, perante o Plenário do Senado, do Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Sayad, a fim de prestar esclarecimentos sobre os critérios para aplicação dos recursos alocados para a execução do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 303, de 1986, de autoria dos Senadores Alaor Coutinho e Jamil Haddad, solicitando, nos termos do art. 38 da Constituição, combinado com o item I do art. 418 do Regimento Interno, o comparecimento, perante o Plenário do Senado, do Senhor Ministro de Estado da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, a fim de prestar esclarecimentos sobre os critérios de desapropriação e implantação da Reforma Agrária.

5

REQUERIMENTO Nº 382, DE 1986 (Art. 239, Inciso VI, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 382, de 1986, de autoria do Senador Enéas Faria, solicitando, ao Poder Executivo, informações relativas ao Acordo Nuclear Brasil—Alemanha.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que dispõe sobre prazo para restituição do Imposto de Renda retido na fonte, tendo

PARECERES, sob nºs 572 e 573, de 1986, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, com emenda que apresenta de nº I-CCJ; e
- de Finanças, contrário.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1980, de autoria do Senador Humberto Lucena, que revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 189 a 191, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, com voto vencido dos Senadores Passos Pôrto, Helyvídio Nunes e José Fragelli;
- de Serviço Público Civil, favorável; e
- de Legislação Social, favorável.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1984

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 195, I, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho, tendo

PARECER, sob nº 889, de 1986, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Parecer oral, favorável, proferido em Plenário, da Comissão de Legislação Social.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113 DE 1983

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que disciplina o uso de caracteres nas publicações obrigatórias, tendo

PARECERES, sob nºs 479 e 480, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Economia, favorável.

10

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estende aos trabalhadores rurais o regime da Previdência e Assistência Social urbana, bem como a Legislação do Seguro de Acidentes do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.012, de 1983, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

11

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao serviço público, em outro órgão, para efeito de concessão de licença especial, tendo

PARECER, sob nº 442, de 1986, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

12

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 890, de 1986), do Projeto de Resolução nº 62, de 1986, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedras Grandes (SC), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 331.865,03 (trezentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzados e três centavos).

13

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 891, de 1986), do Projeto de Resolução nº 63, de 1986, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araranguá, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 629.758,86 (seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e oito cruzados e oitenta e seis centavos).

14

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 892, de 1986), do Projeto de Resolução nº 67, de 1986, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 452.749,57 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove cruzados e cinquenta e sete centavos).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 12 minutos.)